



PROPOSTA

Rejeitar a transferência de competências para o Município de Lisboa, em 2019 e 2020, definida nos Decretos-Lei setoriais na área da Educação e no domínio do Transporte em Vias Navegáveis Interiores, para comunicação à Direção Geral das Autarquias Locais, nos termos da proposta.

Considerando que:

- i. A Lei-quadro 50/2018, de 16 de agosto, da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que entrou em vigor no dia 17 de Agosto de 2018, não só no que diz respeito à execução do seu objeto e âmbito, mas também no que concerne aos elementos essenciais que a acompanham, está dependente da publicação e entrada em vigor de diplomas legais de âmbito sectorial, a aprovar em Conselho de Ministros, e que definem os termos concretos das novas competências a transferir, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respectivos recursos;
- ii. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que altera a Lei das Finanças Locais, evidenciam que não está em causa uma descentralização efetiva, mas sim uma municipalização de competências;

- iii. Após aquela data foram publicados e entraram em vigor novos Decretos-Leis setoriais, sendo que importa salientar nesta proposta a área da Educação;
- iv. O Decreto-Lei 21/2019, de 30 de Janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Educação;
- v. No passado dia 22 de Março, em Reunião Extraordinária de Câmara, foi apresentada e votada a Proposta n.º 152/2019 que visava a rejeição da transferência de competências, em 2019 e 2020, dos Decretos-Leis nas áreas da Educação e da Saúde, àquela data, e respetiva comunicação à Direção Geral das Autarquias Locais em conformidade;
- vi. As autarquias não têm condições para assumir as novas competências, com particular gravidade nas matérias que o Decreto-Lei aqui em causa concretiza, da Educação;
- vii. No âmbito da área da Educação, a Câmara Municipal de Lisboa recebeu, no dia 8 de Abril, informação do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais sobre os valores a serem transferidos do Estado Central para o Município de Lisboa;
- viii. A informação recebida do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais na área da Educação, carece de esclarecimentos concretos que permitam aos serviços do Departamento de Educação, antever resposta a todas as necessidades criadas com as competências transferidas para o Município de Lisboa;
- ix. O Estado deve investir na contratação e valorização dos seus recursos humanos e investir em infraestruturas necessárias, com o pressuposto da geração de equidade no acesso a serviços públicos e não com propostas potenciadoras de iniquidade, como é o caso das propostas de transferência de competências na área da Educação, que estão à mercê das capacidades e incapacidades de cada município;
- x. O processo de descentralização carece de um planeamento orçamental adequado à transferência de competências, em especial no caso da Educação;

- xi. Esta posição foi já demarcada através da Moção n.º 67/2018, apresentada na reunião pública da Câmara Municipal de Lisboa realizada no dia 12 de Julho de 2018, bem como na Proposta n.º 35/2019, apresentada na reunião extraordinária de 24 de janeiro de 2019;
- xii. O processo da descentralização está alicerçado na insuficiência de recursos financeiros, de meios humanos ou de recursos técnicos e irá funcionar como uma rampa de lançamento para o recurso a privatizações e concessão a privados de serviços públicos;
- xiii. Resulta evidente que a Lei que deveria *estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais* está impossibilitada, em termos práticos, de poder ser apresentada *como base da reforma do Estado a fim de torná-lo mais inteligente, mais moderno e logo mais forte*, conforme resulta da exposição de motivos da Proposta de Lei que esteve na sua génese.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 27 de junho de 2019, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 50/2018 de 18 de agosto, delibera e comunica à Direção Geral das Autarquias Locais:

1 – Rejeitar a transferência de competências para o Município de Lisboa, em 2019 e 2020, definidas no Decreto-Lei setorial número 21, de 30 de Janeiro, na área da Educação, e no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, no domínio do Transporte em Vias Navegáveis Interiores.

Lisboa, 27 de junho de 2019

As Deputadas e os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda,



Isabel Pires

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Ricardo Moreira". The script is fluid and cursive, with the first name "Ricardo" written in a slightly larger, more prominent hand than the last name "Moreira".

Ricardo Moreira

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "José Casimiro". The signature is highly stylized and cursive, with a long, sweeping horizontal stroke that extends across the width of the signature.

José Casimiro